

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara pode ampliar Refis para grande empresa e põe a Economia em alerta.....3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma do IR fica na geladeira, e novo projeto dá isenção até R\$ 3.300.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal altera tributação sobre ganhos com ações judiciais.....7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova segunda parte da PEC do Calote e libera mais R\$ 43,8 bi.....8

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida voltará a ser obrigatória.....11

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS pode chegar a R\$ 7.077 em 2022; veja valor das aposentadorias.....12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Guedes admite atender policiais.....14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SERVIDOR PÚBLICO

Ciro e Cid Gomes são alvo de operação da PF, e esquerda reage contra Bolsonaro.....15

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
SERVIDOR PÚBLICO

Aliados ampliam pressão para Ciro desistir de candidatura.....17

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo planeja reajuste absurdo para policiais (Editorial).....19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo reserva R\$ 2,5 bi para servidores.....20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Doria anuncia três mulheres para seu comitê econômico.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin deixa PSDB rumo à vice de Lula pelo PSB.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ adia análise de da PEC da reforma tributária e aumento de acesso a armas.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Liberalismo de discurso, populismo de fato (Artigo).....25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara conclui votação de PEC que abre espaço para governo gastar ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo faz ameaça de veto e Refis trava ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

Inflação se toma grande obstáculo em perspectivas de reeleição de populistas ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Como valorizar os professores (Editorial) ..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

A sofrência do PIB, que é mais forte no "per capita" (Artigo) ..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

'Prévia' do PIB do Banco Central aponta queda em outubro ..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Economia agrava piora do governo - MÍRIAM LEITÃO ..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

IR: Senador propõe correção da tabela, que isentaria 19 milhões ..... 36

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

BC americano vai acelerar ritmo de alta dos juros ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Os custos fiscais da política monetária (Artigo) ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Fed sinaliza três altas de juros em 2022 ..... 39

# Câmara pode ampliar Refis para grande empresa e põe a Economia em alerta

*Idiana Tomazelli Brasília*

A equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) entrou em alerta diante da possibilidade de a Câmara ampliar de forma significativa o alcance do programa de renegociação de dívidas com a União, o Refis, que está sendo discutido no Congresso.

As mudanças podem favorecer grandes empresas devedoras, com descontos generosos em multas e juros, ainda que elas tenham tido lucro durante a pandemia de Covid-19.

Na versão anterior, aprovada no Senado, o programa concedia os maiores benefícios para companhias que enfrentaram dificuldades na crise.

Parecer preliminar do relator, deputado André Fufuca (PP-MA), ao qual a Folha teve acesso, já indicava a direção das alterações e disparou a luz amarela no Ministério da Economia.

Nesta quarta-feira (15), o parlamentar apresentou o texto oficial, confirmando mudanças como a redução do valor do pagamento de entrada e a ampliação nas possibilidades de uso de créditos para abater o saldo das dívidas.

Os técnicos da área econômica do governo Jair Bolsonaro (PL) ainda calculam o tamanho da renúncia, que deve ficar na casa dos bilhões. O programa é classificado como "muito pior" do que havia sido aprovado no Senado.

Fufuca confirmou, antes da publicação do parecer, que pretendia ampliar o acesso ao programa. O relator ainda questionou o prejuízo apontado por técnicos da área econômica.

"Como é que você pode alegar que essas empresas vão ter condições de pagar se não for por meio do Refis, das condições que estamos criando? Se ela não pode pagar, conseqüentemente não vai ter arrecadação, o governo federal não vai receber esse recurso. Então está perdendo o quê?", disse Fufuca.

Pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), porém, a concessão de descontos ou o uso de créditos de prejuízo fiscal para abater o saldo devedor são considerados renúncias de receitas.

A versão preliminar do parecer dava a todos os contribuintes o mesmo tratamento em termos de benefícios e condições de parcelamento, independentemente da situação financeira.

A equipe econômica era contra esse formato, por privilegiar devedores contumazes, que teriam acesso às mesmas condições dadas a contribuintes mais afetados pela crise.

O parecer protocolado nesta quarta-feira retoma desenho que confere vantagens diferenciadas conforme o grau das perdas durante a pandemia, ao mesmo tempo em que flexibiliza as condições aprovadas pelo Senado.

"Queremos democratizar o acesso ao Refis, evitar judicialização futura, entender o cenário atual da pandemia, em que várias empresas estão passando por dificuldades. Qual é a empresa que tem hoje 30% do que deve para pagar de entrada? Então é mais ou menos nessa direção", afirmou o relator.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), disse que ainda busca negociar mudanças no texto do relator. Caso a proposta seja aprovada como está, o Planalto vai vetar os pontos que violarem normas de adequação financeira. A votação está prevista para esta quinta-feira (16).

No texto, Fufuca prevê a possibilidade de renegociar dívidas com a União mediante o pagamento de uma entrada que fica entre 2,5% e 10% do valor devido. O valor pode ser quitado em até dez prestações mensais.

Ainda assim, o valor fica abaixo do aprovado pelo Senado, que ia de 2,5% a 25%, conforme o grau do prejuízo sofrido durante a pandemia. Os senadores também haviam estipulado o pagamento em apenas cinco prestações.

Mesmo no auge da crise, muitas empresas pagaram **tributos** sem desconto, em dia ou com prazos alargados graças aos diferimentos concedidos pelo governo em 2020 e 2021.

Por isso, o texto negociado com os senadores até permitia que contribuintes sem queda no faturamento

ingressassem no Refis, mas mediante o desembolso de um valor maior de entrada (25% da dívida) e com acesso a descontos menos generosos.

O parecer preliminar de Fufuca, previa descontos lineares de 70% em juros e multas e 100% em encargos e honorários advocatícios, mas o deputado voltou atrás e decidiu manter o escalonamento.

Assim, as dívidas terão descontos de 65% a 90% em juros e multas e 75% a 100% em encargos, conforme o grau de prejuízo da empresa na crise.

O texto ainda permite a liquidação do saldo remanescente com o uso de créditos tributários obtidos quando há prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL, com limite entre 25% e 50% da dívida. Outro artigo dá condições ainda mais favoráveis de negociação. O dispositivo permite a quitação integral da dívida com os créditos de prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL, após descontos de 90% em juros e multas e 100% em encargos.

No limite, empresas em boas condições financeiras, mas que tiverem prejuízos fiscais acumulados nos balanços, poderiam usá-los para quitar as dívidas sem desembolsar nenhum centavo.

Antes da divulgação oficial do parecer, Fufuca havia negado que permitiria o uso indiscriminado dos créditos para abater as dívidas. Ele, porém, negou que vá permitir o uso indiscriminado dos créditos para abater as dívidas.

"Há um limite para o prejuízo fiscal, tanto na transação [tributária, outra modalidade de negociação] quanto no Refis. Alguns limites serão alterados, mas não vai ser 100%, porque senão a União não vai recolher nada." No Ministério da Economia, porém, a interpretação é que essa segunda modalidade abre brecha para que toda a dívida seja quitada com o uso dos créditos, sem necessidade de pagamento em dinheiro.

A possibilidade de uso de créditos de terceiros, isto é, de outras empresas (inclusive inativas), amplia ainda mais a chance de grandes devedores regularizarem sua situação sem desembolsar nada, segundo avaliação de técnicos do governo. A medida também dificulta a fiscalização pela **Receita Federal**.

A área econômica vê o texto como uma bomba fiscal e classifica o desenho elaborado pela Câmara como o Refis mais agressivo já visto.

No programa de renegociação criado em 2017, também era permitido o uso de créditos de prejuízo fiscal para abater as dívidas, mas havia como contrapartida um percentual maior de entrada, a ser

paga em dinheiro.

A possibilidade de acumular os descontos e o uso de créditos de prejuízo fiscal, por sua vez, era limitada a contribuintes com dívidas inferiores a R\$ 15 milhões.

Agora, grandes contribuintes teriam acesso a condições sem precedentes em um programa de renegociação de dívidas com a União. O alcance amplo das medidas tem dificultado até mesmo o trabalho dos técnicos em estimar o tamanho do estrago.

O texto aprovado pelo Senado já era mais benevolente do que pretendia o Ministério da Economia. A proposta original do Refis foi apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ainda em 2020.

Programa de renegociação de dívidas

COMO ERA NO SENADO

Pagamento de entrada entre 2,5% e 25% do valor da dívida, de acordo com a queda observada no faturamento entre março e dezembro de 2020

Quitação da entrada em cinco prestações

Descontos progressivos, de 65% a 90% em juros e multas e de 75% a 100% em encargos. Quanto maior a queda no faturamento, maior o abatimento

Limite para uso de créditos de prejuízo fiscal, de 25% a 50% da dívida

COMO PODE FICAR NA CÂMARA

Opção 1

Mantém as condições de desconto e de uso de créditos de prejuízo fiscal aprovadas no Senado, mas reduz o valor do pagamento inicial

Pagamento de entrada ficaria entre 2,5% e 10% do valor da dívida, de acordo com a queda observada no faturamento entre março e dezembro de 2020

A quitação da entrada seria feita em até dez prestações

Opção 2

Possibilidade de quitação integral da dívida com créditos de prejuízo fiscal

Descontos de 90% em juros e multas e 100% em encargos, independentemente da situação financeira do contribuinte

Fonte: Senado Federal e Câmara dos Deputados

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**61**

# Reforma do IR fica na geladeira, e novo projeto dá isenção até R\$ 3.300

**Idiana Tomazelli e Fábio Pupo Brasília**

Após a proposta de reforma ampla do Imposto de Renda travar no Senado Federal, o relator, senador Angelo Coronel (PSD-BA), decidiu colocar o texto na geladeira e apresentou nesta quarta-feira (15) um projeto avulso para elevar a faixa de isenção para pessoas físicas a R\$ 3.300 mensais.

Segundo Coronel, mais de 19 milhões de contribuintes pessoas físicas ficariam isentos de IR, caso a medida fosse aprovada.

Hoje, a tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) isenta quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês. Segundo a **Receita Federal**, esse valor contempla 10,7 milhões de contribuintes.

O aumento proposto por Coronel reajustaria em 73,3% a faixa de isenção, ainda abaixo do necessário para repor a **inflação**, após anos de congelamento na tabela.

Como mostrou a Folha, a defasagem de mais de 130% na tabela do IRPF levará os contribuintes a pagar à **Receita Federal** R\$ 149 bilhões a mais do que seria devido, se a tabela tivesse sido reajustada pela **inflação** desde 1996.

Mesmo assim, a iniciativa do senador é mais generosa que a proposta do governo, que era de ampliar essa faixa a R\$ 2.500, alcançando 16,3 milhões de pessoas físicas.

Na proposta, Coronel também acaba com uma das faixas de cobrança do IRPF, a que prevê alíquota de 7,5%.

Faixas superiores permaneceriam iguais, com alíquotas de 15%, 22,5% e 27,5%. Nessas, o reajuste é menor.

A alíquota máxima seria cobrada de quem ganha acima de R\$ 5.300,13,6% acima dos atuais R\$ 4.664,68. As mudanças valeriam já para o ano de 2022.

A renúncia é estimada em R\$35 bilhões. Mas, segundo o senador, a própria Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia já apontou que

a recuperação econômica e a **inflação** promoverão crescimento estrutural da arrecadação do IR em R\$ 60 bilhões anuais.

Coronel também busca evitar desatualização futura da tabela e inseriu um mecanismo de reajuste automático dos valores. Nele, sempre que a **inflação** acumulada desde a última correção, passar de 10%, o governo deverá corrigir a tabela.

Em uma primeira análise, a Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal**) diz que a notícia do novo projeto é boa, mas a correção nas faixas superiores da tabela ainda é tímida.

Além disso, segundo os auditores, a aprovação da proposta ainda deixaria o presidente Jair Bolsonaro (PL) longe de cumprir a promessa de campanha, de levar a isenção do IR a R\$5.000 mensais.

Autor da proposta, Coronel prevê que o texto deve ser discutido e votado no início de 2022, após o recesso.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49761>

# Receita Federal altera tributação sobre ganhos com ações judiciais

*Joice Bacelo e Gilmar Santos Do Rio e de São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1)

# Câmara aprova segunda parte da PEC do Calote e libera mais R\$ 43,8 bi



Plenário da Câmara Antônio Augusto/Divulgação Câmara

**Thiago Resende e Danielle Brant Brasília**

A Câmara concluiu nesta quarta-feira (15) a votação da segunda parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, ou do Calote, que adia o pagamento de dívidas da União já reconhecidas pela Justiça e, assim, libera espaço no Orçamento para promessas do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O texto-base do projeto, que libera mais R\$ 43,8 bilhões em despesas no próximo ano, foi aprovado em primeiro turno na terça (14) por 327 a 147 contrários. No segundo turno, concluído nesta quarta, a proposta recebeu 332 votos favoráveis e 141 contrários. Agora, segue para promulgação.

Os deputados desistiram de fazer alterações significativas no texto que já foi aprovado pelo Senado. Com isso, não será mais necessário enviar a proposta para nova análise pelos senadores.

Por maioria, os deputados suprimiram dispositivo que contém previsão para o pagamento das parcelas dos precatórios do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) dentro do mesmo ano. O Senado criou esse calendário para evitar que o governo pagasse esses recursos a estados comandados por adversários políticos apenas após a eleição de 2022.

Apesar da supressão, pontos essenciais da PEC foram mantidos.

Em entrevista ao chegar à Câmara, Lira ressaltou que os deputados mantiveram o cerne do texto dos senadores, como a vinculação dos recursos ao pagamento do programa social e o Fundef fora do teto.

"Então foi uma maneira de dizer ao Senado que a Câmara, quando assume os compromissos, ela cumpre. Com tranquilidade, sem nenhum tipo de alarde, com discussão." A PEC é hoje a principal pauta de interesse de Jair Bolsonaro no Congresso. O objetivo é autorizar o governo a gastar mais e viabilizar a promessa de elevar o valor do Auxílio Brasil numa tentativa de dar impulso a Bolsonaro na campanha à reeleição em 2022.

Com a aprovação dessa segunda parte da PEC, o efeito total da proposta é alcançado -R\$ 106 bilhões em 2022.

No entanto, segundo cálculos do Ministério da Economia, o valor é insuficiente para atender à promessa de reajuste de servidores feita por Bolsonaro, para ampliar as emendas parlamentares e para elevar os recursos do fundo de financiamento de campanha eleitoral. Para ampliar em cerca de R\$ 106 bilhões as despesas do próximo ano, a versão anterior PEC tinha dois pilares.

Um deles, que já foi promulgado e já está valendo, permite um drible no teto de gastos, fazendo um novo cálculo retroativo desse limite.

A outra medida, que foi aprovada na Câmara nesta quarta, cria um valor máximo para o pagamento dos precatórios -as dívidas que não entrarem nessa lista serão adiadas e quitadas em anos posteriores.

Esse limitador para a quitação de dívidas deve ser questionado na Justiça. O presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, Eduardo Gouvêa, já disse que pretende entrar com uma ação no STF contra a medida.

O fatiamento da PEC ocorreu por causa de mudanças feitas no Senado ao texto que já havia sido aprovado previamente pela Câmara.

Os senadores mantiveram integralmente a parte que dribla o teto de gastos e libera R\$ 62,2 bilhões em 2022.

A Câmara precisou então votar as alterações feitas no pilar que trata do limite de pagamento de precatórios, responsável pela abertura de R\$ 43,8 bilhões para novas despesas no Orçamento do próximo ano diante do adiamento da quitação de dívidas.

Os deputados aceitaram prever que a medida valha até 2026, não até 2036, como estava a versão anterior.

Isso foi uma demanda de senadores que temem que a criação de um teto de pagamento de precatórios vire uma "bola de neve" e a União passe a acumular uma dívida muito grande no futuro.

Ao reduzir em dez anos o prazo de vigência, a nova versão da PEC não altera os efeitos da proposta no Orçamento de 2022.

Também foi aprovada pela Câmara a parte que deixa claro que o aumento de gastos em 2022, a partir da aprovação da PEC, será vinculado a despesas obrigatórias, à área social e à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos.

O texto também prevê um mecanismo de vinculação dos gastos que deixarão de ser pagos em precatórios para bancar despesas com o programa social e na área de **seguridade social**, como aposentadorias, entre 2023 e 2026.

A Câmara confirmou ainda que o pagamento de dívidas ligadas ao Fundef ficará fora do teto dos gastos. Isso representou uma derrota para a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que resistia a essa medida, mas teve que ceder para aprovar o texto no Senado.

Para 2022, há mais de R\$ 17 bilhões em dívidas de repasses do Fundef para estados e municípios. A PEC, porém, parcela essa conta em três anos.

A equipe econômica conta com o espaço de R\$ 106,1 bilhões para conseguir acomodar todas as despesas previstas para 2022. Para assegurar a ampliação do Auxílio Brasil, o governo precisa de R\$ 51,1 bilhões adicionais.

Outros R\$ 48,6 bilhões serão destinados à correção de benefícios sociais pela **inflação**, à ampliação do teto de gastos de outros poderes (devido à mudança na regra) e ao ajuste nos mínimos constitucionais de saúde e educação.

Há ainda uma fatura extra de R\$ 5,3 bilhões para bancar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para empresas, medida já acertada entre governo e Congresso.

Conforme a Folha revelou, a votação do primeiro turno da PEC original teve manobra de Lira para aumentar as chances de aprovação da medida.

O texto, prioridade de Bolsonaro (PL), aliado de Lira, passou em primeiro turno pela Câmara com uma folga de apenas quatro votos, na madrugada do dia 4 de novembro.

A votação remota, nos termos definidos por Lira, permitiu que deputados "no desempenho" de viagem de missão oficial pudessem votar sem registrar presença no sistema de identificação biométrica do plenário.

Pontos da PEC dos Precatórios, ou do Calote

## 1 MUDANÇA NO INDEXADOR DO TETO DE GASTOS

O que é o teto

Regra constitucional aprovada em 2016 que limita o aumento da maior parte das despesas federais à **inflação** do ano anterior

Como é hoje

O teto é corrigido pela **inflação** medida pelo IPCAem12 meses até junho do ano anterior

Como fica

O valor é recalculado, retroativamente, com base no IPCA de janeiro a dezembro; na prática, isso amplia o teto

## 2 REFIS A MUNICÍPIOS

O que diz a PEC

Possibilidade de municípios parcelarem dívidas com a União caso aprovelem reformas da Previdência locais

Condições

Municípios terão que comprovar mudanças específicas nas regras previdenciárias. Uma delas é que os servidores municipais não poderão pagar alíquotas menores que os servidores da União

## 3 TETO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

O que é precatório

Dívidas da União já reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso

Como é hoje

Precatórios inscritos no Orçamento são pagos

Como fica

É criado um valor máximo a ser quitado no ano (cálculo usa como base o montante pago em sentenças judiciais em 2016 e corrige esse número pela **inflação**); os precatórios que ficarem fora desse limite deverão ser pagos em outros anos

4 VINCULAÇÃO DE DESPESAS LIBERADAS APÓS A PEC

O que diz a PEC

Os R\$ 106 bilhões a serem autorizados após a conclusão de toda a PEC seriam usados apenas em algumas despesas

Lista de despesas

Gastos obrigatórios (aposentadorias, pensões e despesas atreladas à **inflação**), Auxílio Brasil e desoneração da folha de pagamento

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

61

# Prova de vida voltará a ser obrigatória

A prova de vida do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) volta a ser obrigatória a partir de 2022 e o órgão já suspenderá benefícios por falta de recadastramento a partir de fevereiro. No país, 3.313.845 segurados ainda precisam realizar a prova de vida até janeiro de 2022, segundo o **INSS**, em outubro, no total, 32.994.656 já fizeram a fé de vida (somando os recadastramentos realizados em 2020 e 2021).

Dois grupos precisam fazer a atualização até o dia 31 de janeiro: os aniversariantes de janeiro e os beneficiários que têm prova de vida vencida entre novembro de 2020 e junho de 2021. Quem perder o prazo terá o pagamento suspenso em fevereiro, informou o **INSS**.

A partir de 2022, todos os bancos vão considerar o mês de aniversário para a prova de vida. Segundo portaria do **INSS**, a comprovação deverá ser feita preferencialmente por atendimento eletrônico do banco responsável pelo pagamento, com uso de biometria. Os bancos também fazem esse tipo de atendimento presencialmente, para quem precisar.

Todos os beneficiários com a prova de vida vencida entre novembro de 2020 e junho de 2021 terão até 31 de janeiro para fazer a atualização. As aposentadorias, pensões e benefícios não foram cortados porque o recadastramento obrigatório foi suspenso até 31 de dezembro de 2021.

O **INSS** criou um calendário de vencimentos para a retomada da prova de vida obrigatória, com prazos que vão até abril de 2022. Em fevereiro de 2022, por exemplo, acaba a tolerância para quem está com a prova de vida vencida nos meses de julho e agosto de 2021.

Segundo o **INSS**, cerca de 36 milhões de beneficiários devem fazer a prova de vida anualmente. O procedimento voltará a ser obrigatório para todos que recebem benefícios por meio de conta-corrente, poupança ou cartão magnético.

Como funcionam os bloqueios A partir de janeiro de 2022, em caso de ausência de comprovação de vida no mês de aniversário do segurado, o **INSS** enviará os dois pagamentos seguintes com bloqueio aos bancos. Caso não seja feita a comprovação de vida após o segundo bloqueio, o benefício será suspenso. Após seis meses de suspensão, será cancelado (cessado).

Se o benefício estiver com o pagamento bloqueado ou suspenso, o beneficiário deve ir ao banco e realizar a prova de vida. Com isso, a renda será reativada, e os pagamentos, liberados. Após o cancelamento, o benefício terá que ser reativado por meio de biometria pelo aplicativo Meu **INSS**. Outra opção será agendar o serviço "Realizar Prova de Vida - Situações Excepcionais", no Meu **INSS** ou pelo atendimento telefônico do 135.

**Site:**

<http://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=14171>

# Teto do INSS pode chegar a R\$ 7.077 em 2022; veja valor das aposentadorias

**Cristiane Gercina**

Com a alta da **inflação** no país, o reajuste das aposentadorias e demais benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) também deve subir. A nova previsão do governo para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é de aumento de 10% em 2021.

Com isso, o teto do **INSS**, que é o valor máximo pago aos segurados, hoje em R\$ 6.433,57, chegaria a R\$ 7.076,93. Já o salário mínimo, que é o piso dos benefícios do instituto, está em R\$ 1.100 e iria para R\$ 1.210, conforme consta na revisão do Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2022, enviada ao Congresso na última quinta-feira (9).

A estimativa de **inflação** é usada pelo Planalto para planejar as despesas de 2022 e tem como base o movimento de alta dos preços no país durante o ano. De janeiro a novembro de 2021, o INPC, usado para reajustar salários e aposentadorias, está em 9,36%. O aumento final dos benefícios, porém, só será conhecido no dia 11 de janeiro, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgará a **inflação** oficial do ano.

Além de incidir sobre os benefícios da Previdência, a **inflação** anual também é base para o pagamento de outras despesas, como o abono salarial do PIS/Pasep, o seguro-desemprego e os benefícios assistenciais como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago pelo **INSS** a idosos a partir de 65 anos e deficientes em situação de vulnerabilidade. Confira para quanto podem ir os benefícios do **INSS** em 2022:

Segundo o economista André Braz, coordenador do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), a **inflação** medida pelo INPC pode oscilar um pouco para cima, além do que o governo está prevendo, mas nada muito maior.

"O INPC pode vir ligeiramente acima do IPCA. A gente estima que o IPCA venha em 10,2% e o INPC pode esticar um pouco, até 10,4%, 10,5%. Isso porque algumas fontes de pressão têm destaque no orçamento dos menos favorecidos, que é bem o público do INPC. Por exemplo, a carne que subiu muito e os efeitos da energia, que também subiu

muito, batem pesado nesses orçamentos", afirma.

O benefício com reajuste começa a ser pago no dia 25 de janeiro, conforme calendário divulgado pelo **INSS**. Quem ganha um salário mínimo recebe primeiro, entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro. Já quem tem valor maior de benefício terá o pagamento com reajuste entre 1º e 7 de fevereiro, conforme o número final do cartão, sem o dígito verificador.

Na revisão orçamentária enviada ao Congresso, o governo diz que é preciso mais verba para custear despesas, uma vez que a **inflação**, que estava em 6,2% em agosto, saltou para 10% já em setembro deste ano, o que "impacta diretamente a correção legal e constitucional das despesas com benefícios previdenciários do Regime Geral (RGPS), seguro-desemprego, abono salarial, Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia".

O aumento das aposentadorias do **INSS** que são maiores do que o salário mínimo tem, habitualmente, correção pela **inflação**. No caso do salário mínimo e do piso previdenciário, houve a política de valorização, com ajuste real, iniciada no governo Lula e que vigorou nos governos Dilma e **Temer**.

A correção considerava a **inflação** do ano anterior mais o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. Quando o **PIB** estava zerado, o reajuste era apenas o da **inflação**. A regra foi modificada no governo Bolsonaro e tanto o salário mínimo quanto os demais benefícios agora recebem apenas a correção pelo INPC.

Na gestão de Bolsonaro, não só houve a desvinculação ao **PIB**, como também já ocorreu de o governo dar reajuste menor do que a **inflação** para o mínimo, a exemplo do que foi aplicado neste ano, quando o INPC fechou 2020 em 5,45%, e o mínimo subiu 5,26% .?

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/teto-do-inss-pode-chegar-a-r-7077-em-2022-veja-valor-das-aposentadorias.shtml>**

## Guedes admite atender policiais



rosana hesselBernardo Lima\*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que "não é oportuno" um reajuste salarial para todos os **servidores públicos** no ano que vem, de forma linear. Contudo, ele sinalizou ser favorável a novo aumento de salário para algumas categorias, como a dos policiais, como vem sendo defendido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Se aproveita e generaliza aumento de salário para o Brasil inteiro, para o funcionalismo em geral, estadual, municipal e federal, você vai fragilizar as finanças de todo mundo de novo", disse o ministro a jornalistas, em São Paulo, após participar de um evento com empresários na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

O chefe da equipe econômica mostrou-se favorável à reestruturação de carreiras, principalmente, a de policiais, mas reconheceu os riscos fiscais de um reajuste generalizado do funcionalismo para corrigir as perdas da **inflação** de dois dígitos deste ano. "Estamos conversando, pode até se fazer reestruturação, uma reforma, mas tem que ser um negócio específico, muito localizado e muito limitado em números", afirmou.

O especialista em contas públicas Murilo Viana considera a sinalização do presidente para dar reajuste aos policiais como uma "decisão política". "O espaço no teto de gastos criado com a PEC dos Precatórios é curtinho para tanta demanda, inclusive dos congressistas em relação a emendas de relator e fundo eleitoral mais robusto", afirmou. "O governo quer atender os policiais, grupo mais fiel ao bolsonarismo", resumiu.

Viana lembrou que, se fosse conceder reajuste para todas as categorias, o custo anual seria de R\$ 4 bilhões para cada ponto percentual de alta, de acordo com estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado. "Com um **inflação** de 10% neste ano, esse valor poderia beirar a R\$ 40 bilhões." Os policiais e os militares não tiveram congelamento de salários, como ocorreu com os servidores civis nos últimos dois anos.

### Pressão

Analistas afirmam que outras categorias devem reivindicar por reajustes em 2022, e, se o governo conceder novo reajuste aos policiais, a pressão vai aumentar.

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, disse que o governo exerce "uma seletividade" nos reajustes salariais.

Para Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate), é natural que os policiais procurem buscar a recomposição do poder de compra. Mas ele defendeu que outras categorias também busquem negociação.

\*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

# Ciro e Cid Gomes são alvo de operação da PF, e esquerda reage contra Bolsonaro



Camila Mattoso e Mônica Bergamo

Os irmãos **Ciro Gomes** (PDT), pré-candidato à Presidência da República, e **Cid Gomes** (PDT), senador pelo Ceará, foram alvo nesta quarta (15) de uma operação da Polícia Federal sobre suspeita de desvios de recursos públicos nas obras do estádio Castelão, em Fortaleza.

A PF cumpriu 14 mandados de busca e apreensão determinados pela Justiça, incluindo endereços dos irmãos Gomes, como parte de um inquérito iniciado em 2017, que contou com relatos de quatro delatores e que trata de acusações referentes ao período de 2010 a 2013.

A ação de uma corporação ligada a **Jair Bolsonaro** (PL) contra adversários políticos do presidente para tratar de suspeitas de quase uma década atrás uniu a esquerda em questionamentos ao Executivo, sob a justificativa de eventual perseguição política.

Após troca de ataques com petistas e outros setores da esquerda nos últimos meses, desta vez **Ciro** recebeu sinalizações públicas de apoio dos ex-presidentes **Lula** e **Dilma Rousseff**, do PT, a quem agradeceu, e de nomes como **Guilherme Boulos**, do PSOL.

Segundo nota da PF, as suspeitas que motivaram a

operação são de "fraudes, exigências e pagamentos de propinas a agentes políticos e **servidores públicos** decorrentes de procedimento de licitação para obras" no estádio, entre os anos de 2010 e 2013. **Lúcio Gomes**, irmão de **Ciro** e **Cid**, também foi alvo de ação de busca e apreensão.

"Eu tenho absoluta segurança de que é ordem de **Bolsonaro**, tal a violência e arbitrariedade", afirmou à coluna **Mônica Bergamo**, da Folha. Em redes sociais, ele disse que não ter mais dúvida de que o atual presidente "transformou o Brasil num Estado Policial que se oculta sob falsa capa de legalidade".

Ele escreveu não ter dúvida de que "esta ação tão tardia e despropositada tem o objetivo claro de tentar criar danos à minha pré-candidatura". Ele termina o texto dizendo que ninguém vai calar sua voz.

O juiz **Danilo Dias Vasconcelos de Almeida**, da 32ª Vara Federal do Ceará, determinou o afastamento do sigilo telefônico, bancário, fiscal e telemático dos irmãos e de outros alvos da operação.

Segundo os documentos, a investigação envolve a suspeita de pagamento de propinas a **servidores públicos** e agentes políticos do Governo do Ceará na gestão do então governador **Cid Gomes**.

De acordo com a PF, a fraude teria ocorrido para que a **Galvão Engenharia** obtivesse êxito no processo de licitatório para realizar reformas no estádio. O valor da concorrência foi de R\$ 518 milhões, oriundos do BNDES.

Há ainda a suspeita, segundo a corporação, de que na fase de execução contratual tenham sido pagas vantagens indevidas para que o governo repassasse valores que estavam supostamente retidos.

A polícia fala na representação que há indícios de que a propina era paga muitas vezes disfarçada de doações eleitorais para os irmãos Gomes.

Dois advogados que ocuparam o cargo de procurador-geral do Ceará também foram alvos da operação. Eles são suspeitos de atuar no processo licitatório e promover uma blindagem aos políticos.

A apuração da PF contou com delações premiada de

executivos da Galvão Engenharia. Os pagamentos de propina, diz a polícia, eram feitos em espécie tanto em um escritório de advocacia quanto na residência de um dos advogados investigados.

"Quero prestar minha solidariedade ao senador Cid Gomes e ao pré-candidato a presidente Ciro Gomes, que tiveram suas casas invadidas sem necessidade, sem serem intimados para depor e sem levar em conta a trajetória de vida idônea dos dois. Eles merecem ser respeitados", escreveu Lula em rede social.

Dilma Rousseff, que havia sido chamada em outubro pelo pedetista de "uma das pessoas mais incompetentes, inapetentes e presunçosas que já passaram pela Presidência", também saiu em sua defesa.

"Minha solidariedade ao senador Cid Gomes e ao pré-candidato Ciro Gomes. Suas casas foram invadidas, sem terem sido sequer intimados a depor. Como cidadãos brasileiros, merecem ser tratados com o respeito às leis vigentes ao país. Repudio o arbítrio e a perseguição a eles", escreveu.

"A operação de hoje contra Ciro e Cid Gomes tem cara e cheiro de perseguição política. Requentar um caso de 10 anos atrás para fazer uma operação midiática é o mesmo modelo que o lavajatismo utilizou desde os primórdios", disse Guilherme Boulos (PSOL).

O PDT, em nota, chamou a operação de "decisão sem eira nem beira" e "um processo de antecipação eleitoral".

De acordo com Ciro, a origem do inquérito é uma delação premiada de "uma pessoa que diz na própria delação que nunca falou comigo".

"O Brasil todo sabe que o Castelão foi o estádio da Copa com maior concorrência, o primeiro a ser entregue e o mais barato construído para Copas do Mundo desde 2002. Ou seja, foi o estádio mais econômico e transparente já feito para a Copa do Mundo", disse.

O pedetista afirmou ainda que foi arrolado como agente público apesar de não exercer cargos públicos desde 2010, quando cumpriu mandato de deputado federal.

"Não tenho nenhuma ligação com os supostos fatos apurados. Não exerci nenhum cargo público relacionado com eles. Nunca mantive nenhum tipo de contato com os delatores." O senador Cid Gomes chamou a operação da PF de "molecagem". "O presidente Bolsonaro, que é um moleque maior, está aparelhando a Polícia Federal. Ele recrutou um

mediocre, aliado de seus familiares, para dirigir a Polícia Federal (se referindo a Paulo Maiurino). Vou recorrer para ter de volta meu aparelho de telefone, meu Ipad, minha vida está ali " disse Cid, em entrevista coletiva concedida na Assembleia Legislativa do Ceará.

Ele defendeu que os contratos para a reforma do Castelão foram feitos corretamente e que houve aprovação das contas pelo s órgão s fiscalizadores, como o TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo a decisão judicial, a PF diz ter feito quatro medidas para verificar as informações dos colaboradores: batimentos dos fluxos dos pagamentos de propinas com as datas dos desembolsos efetuados pelo Governo do Ceará pela execução das obras contratadas; exame do teor dos emails apresentados pelos executivos da empresa; análise dos atos que compuseram o procedimento licitatório; análise das vinculações existentes entre agentes públicos que teriam proporcionado a vitória da construtora no certame da Arena Castelão e suas ligações com os irmãos Cid, Ciro e Lúcio Gomes.

Na terça (14), na primeira pesquisa Ipec depois da filiação de Sérgio Moro ao Podemos e do início das articulações para a candidatura do ex-juiz ao Planalto, Lula aparece liderando com folga as intenções de voto da corrida eleitoral de 2022, seguido pelo presidente Jair Bolsonaro.

No primeiro cenário, Lula tem 48% das intenções de voto, Bolsonaro, 21%, e Moro, 6%, empatado tecnicamente com Ciro, que tem 5%. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Colaboraram Ranier Bragon, em Brasília, e Marcei Rizzo, em Fortaleza

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49761&anchor=6447265&pd=b807f8a519d5e4d834fc6efd2e1ee61f>

# Aliados ampliam pressão para **Ciro** desistir de candidatura



**Ranier Bragon**

A operação da Polícia Federal que teve como um dos alvos **Ciro** Gomes levou pedetistas a irem às tribunas e às redes sociais em defesa de seu pré-candidato à Presidência, mas, nos bastidores, elevou a já considerável movimentação contrária à postulação do ex-ministro ao Palácio do Planalto.

A ação policial chegou em um mau momento da campanha, já que **Ciro** aparece em pesquisas de intenção de votos ou atrás ou em empate técnico com o ex-juiz Sérgio Moro (Podemos), além de haver um clima hostil entre o candidato e parte da bancada federal na Câmara.

Em um indicativo simbólico, **Ciro** não compareceu à festa de confraternização de fim de ano da bancada de deputados federais, realizada em Brasília na noite desta terça-feira (14), na casa do deputado Mario Heringer (MG).

Boa parte da bancada prefere que o PDT não tenha candidato à Presidência e privilegie, na distribuição das verbas de campanha, os candidatos da legenda que disputarem vaga na Câmara dos Deputados.

Há até um prazo estipulado informalmente para que a candidatura de **Ciro** decole para acima de 15% nas pesquisas de intenção de voto: março. Caso contrário, poderá haver uma debandada significativa. Pela pesquisa do Ipec divulgada nesta terça-feira, o pedetista tem 5%.

Tradicionalmente não é usual haver grande oscilação de intenção de voto de candidatos já colocados nesse período da pré-campanha, o que, indicam parlamentares, significa que o prazo dado a **Ciro** internamente é, na verdade, um pretexto para a debandada já definida.

Pedetistas ouvidos pela Folha defendem, inclusive, que o partido integre a tentativa de formação de uma grande federação entre partidos de esquerda liderada pelo PT de Luiz Inácio Lula da Silva. A informação é confirmada por integrantes do PT.

As federações são uma novidade na legislação e têm o objetivo de aumentar as chances dos partidos que se unem de eleger bancadas mais fortes para a Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas.

Pelo atual sistema eleitoral, as cadeiras no Legislativo são distribuídas de acordo com o total de votos recebidos pelos partidos. A união em federação aumenta esse bolo de votos. Diferentemente da coligação, que está proibida, a federação exige que os partidos que a compõem atuem de forma unitária durante os quatro anos da legislatura.

O PDT da Câmara avalia que, se ficar isolado por causa da candidatura de **Ciro**, vai ter um desempenho pífio na eleição de deputados. Hoje o partido tem 25 cadeiras. Integrantes da legenda que defendem o ingresso na federação das esquerdas argumentam, ainda, que a participação do PDT é fundamental para que o peso das siglas menores, unidas, faça frente ao do PT e evite uma hegemonia do partido de Lula na aliança.

Além do interesse eleitoral dos parlamentares -vários consideram suas chances mais expressivas sem **Ciro** na disputa-, na avaliação de alguns deles é fatal o peso de uma operação da PF em uma candidatura presidencial, ainda mais levando em conta o universo sem lei das redes sociais.

Por esse raciocínio, mesmo que haja uma saída por cima de **Ciro** em relação a investigação, o uso por adversários de material fora de contexto tem peso relevante na disputa.

O mau clima entre **Ciro** e a bancada federal tornou-se explícito após o pedetista se chocar publicamente com os parlamentares na votação da PEC dos Precatórios, no início de novembro.

Ele ameaçou nas redes sociais retirar o seu nome da disputa caso os deputados da sigla mantivessem o apoio majoritário à medida, prioridade do governo Jair

Bolsonaro (PL) para vitaminar o Auxílio Brasil e tentar recuperar sua popularidade.

Nos bastidores, deputados do PDT afirmaram que Ciro sabia e havia concordado com a posição da bancada. A maior parte voltou atrás por pressão da cúpula do PDT e, no segundo turno da PEC, votou contra a medida.

Apesar do clima de desânimo com a candidatura do ex-ministro, tanto integrantes do PDT como de outros partidos de esquerda afirmaram considerar ter havido viés político na ação da PF, muito em razão do lapso de tempo entre o suposto delito, os anos de 2010 e 2013, e a operação de busca e apreensão.

Alguns congressistas de partidos de esquerda apontaram como indicativo nesse sentido, inclusive, a informação, publicada pelo Painel, da Folha, de que internamente delegados da PF afirmam que se trata de um inquérito aberto com base em acordos de colaboração fechados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) ainda como "herança" da Lava Jato, no sentido de exageros nas medidas.

Alguns parlamentares chegaram a levantar, sem apresentar qualquer elemento concreto nesse sentido, a hipótese de que esse suposto viés político tenha um objetivo mais regional do que nacional.

Segundo essa tese, a operação visou beneficiar politicamente a pré-candidatura ao governo do bolsonarista Capitão Wagner (Pros-CE), adversário dos Gomes no Ceará.

A PF deflagrou a operação na manhã desta quarta-feira (15), apontando indícios de desvios nas obras do estádio Castelão, no Ceará. Houve cumprimento de 14 mandados de busca e apreensão determinados pela Justiça, tendo entre os alvos os irmãos Ciro e Cid Gomes, senador, também do PDT.

Segundo nota da polícia, as suspeitas são de "fraudes, exigências e pagamentos de propinas a agentes políticos e **servidores públicos** decorrentes de procedimento de licitação para obras" no estádio, entre os anos de 2010 e 2013. O inquérito teve início em 2017 e contou com relatos de quatro delatores.

Pelas redes sociais, Ciro sugeriu que a ação da PF foi política. "Não tenho mais dúvida de que Bolsonaro transformou o Brasil num Estado Policial que se oculta sob falsa capa de legalidade", escreveu.

O atual pré-candidato do PDT já disputou a Presidência da República em três ocasiões, 1998, 2002 e 2018. Ele ficou em terceiro em duas delas (1998 e 2018) e em quarto na outra (2002). Seu melhor

desempenho ocorreu na última disputa, em que obteve 12,5% dos votos válidos.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49761&anchor=6447265&pd=b807f8a519d5e4d834fc6efd2e1ee61f>**

# Governo planeja reajuste absurdo para policiais (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo reserva R\$ 2,5 bi para servidores

**Fabio Graner De Brasília (Colaboraram Lilian Venturini e Gabriel Caprioli, de São Paulo)**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# Doria anuncia três mulheres para seu comitê econômico

Veja a equipe de Doria na economia em 2022



**Vanessa Rahal Canado**  
Ex-assessora da Economia



**Zeina Latif**  
Consultora da Gibraltar



**Ana Carla Abrão**  
Head da Oliver Wyman



**Henrique Meirelles**  
Secretário da Fazenda de SP

## Igor Gielow são paulo

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), anuncia nesta quinta (16) ao menos os quatro primeiros nomes do Comitê Econômico de sua campanha à Presidência da República em 2022.

São eles, segundo interlocutores do tucano: Henrique Meirelles, Ana Carla Abrão, Zeina Latif e Vanessa Rahal Canado, confirmando a expectativa do governador de ter pelo menos três mulheres no grupo.

Ele ainda pode ter mais dois ou até quatro integrantes. Há no Palácio dos Bandeirantes a especulação de que um deles deva ser o economista Pérsio Arida, um dos pais do Plano Real e ex-marido de Ana Carla.

Segundo aliados do governador, ele e outros nomes estão negociando a liberação junto a seus empregadores para participar do time de Doria, e talvez não sejam anunciados agora.

O ex-ministro da Fazenda Meirelles, que ocupa a pasta da área no governo estadual paulista, será o porta-voz do grupo. Ele chegou a se colocar como coordenador dele, mas Doria disse à Folha na semana retrasada que não haveria relação de subordinação.

Hoje, o secretário é o principal garoto-propaganda da gestão na área econômica, que traz alguns números

vistosos.

O tucano elenca o crescimento acima da média brasileira e a recuperação da capacidade de investimento para níveis não vistos desde antes da recessão de 2015-16 -o estado conta com R\$ 50 bilhões para obras e afins em 2021- 22.

Em viagem na semana retrasada a Nova York, Doria e Meirelles estiveram juntos com investidores estrangeiros, além de inaugurar um escritório da agência paulista de investimentos, a InvestSR Com amplo trânsito no exterior, ele foi apresentado como um fiador econômico do presidenciável, e o teto de gastos que elaborou como ministro em 2016, como ponto de venda.

A economista Ana Carla Abrão foi secretária da Fazenda de Goiás de 2015 a 2016, onde ganhou fama como organizadora da máquina pública.

É servidora concursada do Banco Central, onde trabalhou, e antes de ir a Goiás esteve na consultoria Tendências e no Itaú. Desde 2017, é chefe do escritório Oliver Wyman no Brasil.

Ela aproximou-se de Doria quando o tucano era prefeito da capital, trabalhando em seu conselho de gestão fiscal. Em 2020, passou a encabeçar o comitê econômico do combate ao coronavírus. Com trânsito no Congresso, ela trabalha há anos em projetos de reforma do Estado com o ex-presidente do BC Armínio Fraga.

Já Zeina Latif é outro nome conhecido do mercado, considerada uma das economistas mais influentes do país.

Ela teve carreira acadêmica ligada à USR indo depois para a Tendências. A partir de 2002, passou pelos bancos BBVA, HSBC, ABN-Amro Real, ING Bank e Royal Bank of Scotland.

Em 2012, associou-se à Gibraltar Consultoria, onde está até hoje, e em 2014 ingressou na XP Investimentos, onde foi a economista-chefe. Saiu em 2020, após um episódio em que teria feito críticas ao governo de Jair Bolsonaro - ela mesmo preferiu falar em fim de ciclo.

Vanessa Rahal Canado é o nome menos conhecido do grande público do time. Ela foi a assessora especial do ministro Paulo Guedes (Economia) para a área tributária, tendo trabalhado em todos os principais projetos da **reforma tributária** do governo.

Professora da Fundação Getúlio Vargas, Vanessa deixou o cargo no começo deste ano.

Ela não quis polemizar, mas em Brasília sua saída é creditada a divergências na condução das negociações entre a pasta e o Congresso sob o comando de Arthur Lira (PP-AL, presidente da Câmara) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG, presidente do Senado). Vanessa irá trabalhar no projeto de **reforma tributária** de Doria.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**61**

# Alckmin deixa PSDB rumo à vice de Lula pelo PSB

*Cristiane Agostine, João Valadares e Andrea Jubé De  
São Paulo e Brasília colaborou Fabio Murakawa, de  
Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# CCJ adia análise de da PEC da reforma tributária e aumento de acesso a armas

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# Liberalismo de discurso, populismo de fato (Artigo)

*Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Liberalismo de discurso, populismo de fato

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# Câmara conclui votação de PEC que abre espaço para governo gastar

*Raphael Oi Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Graner De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# Governo faz ameaça de veto e Refis trava

**Raphael Di Cunto, Fabio Graner e Marcelo Ribeiro De  
Brasília**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# Inflação se toma grande obstáculo em perspectivas de reeleição de populistas



O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, o presidente Jair Bolsonaro e o presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan

## MUNDO

THE NEW YORK TIMES A todos que aparentam, na visão de Jair Bolsonaro (PL), representar um entrave a ele na eleição presidencial de -2022 -incluindo a imprensa, o STF (Supremo Tribunal Federal) e os liberais-, o líder direitista brasileiro tem uma resposta: "Só Deus me tira daqui".

Mas a tentativa de recondução de Bolsonaro pode acabar ameaçada por um problema inesperado, para o qual seu manual político não oferece resposta fácil: a **inflação**.

Os preços estão subindo mais rapidamente que em quase duas décadas no Brasil. O real vem perdendo valor de forma constante, tendo caído cerca de 10% em relação ao dólar apenas nos últimos seis meses. E a economia acaba de registrar dois trimestres seguidos de retração.

Bolsonaro faz parte de uma geração de governantes populistas de direita que chegaram ao poder na última década e meia e cujos governos coincidiram, pelo menos inicialmente, com períodos de performance econômica sólida nesses países.

Eles permaneceram no poder à custa de inflamar os ânimos nacionalistas e de usar questões culturais divisivas para provocar divergências profundas no eleitorado.

Agora, esses líderes autoritários -a lista inclui o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, e o presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan- estão tendo

que enfrentar altas de preços.

Na Hungria, onde os preços vêm subindo no ritmo mais acelerado desde 2007, sondagens de opinião sugerem que Orbán enfrentará a eleição mais difícil de sua vida política no ano que vem, à medida que o custo de vida e os baixos salários se tomam as maiores preocupações dos eleitores.

Na vizinha República Tcheca, que enfrenta **inflação** crescente e custos de energia cada vez mais altos, os eleitores acabam de afastar do poder o primeiro-ministro Andrej Babis, líder populista de direita.

Já prejudicado pela má gestão da crise de Covid-19, Bolsonaro se encontra enfraquecido. Pesquisas de opinião indicam que ele está muito atrás de seu provável adversário em 1011,0 ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Antevendo o que pode acontecer, Bolsonaro já começou a lançar as bases para contestar o resultado da eleição do ano que vem. "Quero dizer àqueles que querem me tornar inelegível em Brasília que só Deus me tira de lá", disse ele em setembro a uma multidão de apoiadores em São Paulo.

A pior situação é a da Turquia, onde as políticas econômicas heterodoxas de Erdogan desencadearam uma crise monetária de grande escala. A lira turca perdeu cerca de 45% de seu valor em 2021. E os preços agora estão subindo a uma taxa oficial de mais de 20% ao ano.

Os países governados por populistas de direita não são os únicos a se dobrarem sob o peso da **inflação**. Nos EUA, os preços estão subindo ao ritmo mais acelerado desde 1982. E líderes populistas de esquerda, como Alberto Fernández, na Argentina, também enfrentam correntes inflacionárias acirradas que os puseram na defensiva.

O aumento da **inflação** representa uma quebra repentina com a tendência de crescimento lento e **inflação** morna que dominou a economia global por cerca de 12 anos antes da chegada da pandemia.

Esse pano de fundo de baixo crescimento permitiu que bancos centrais poderosos mantivessem seus juros baixos. E essas decisões tiveram consequências

importantes para países mais pobres em todo o mundo.

Isso ocorre porque as políticas de juros baixos determinadas por bancos centrais reduzem o retorno que investidores de países ricos podem conseguir com a compra de títulos governamentais seguros em seus próprios países, fato que os incentiva a fazer investimentos mais arriscados em mercados emergentes que prometem retornos maiores.

Economistas dizem que o fluxo de dinheiro em direção a países em desenvolvimento pode ter sido um fator não devidamente notado do sucesso desfrutado por líderes populistas de direita nos últimos anos, na medida em que lhes garantiu um vento econômico constantemente favorável que coincidiu com sua passagem pelo poder.

A Turquia, que passou por uma recessão forte em 2009, conseguiu recuperar-se dela graças a uma onda de empréstimos de investidores estrangeiros que fortaleceram seu crescimento. A eleição de Bolsonaro em 2018 coincidiu com uma nova investida do Fed para reduzir as taxas de juros nos EUA, fato que levou investidores americanos a adquirir mais títulos de dívida de mercados emergentes, ajudando a escorar o real.

"Desde a recessão financeira global, o ambiente macroeconômico foi uma dádiva para os governantes autoritários", diz Daron Acemoglu, professor de economia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts e estudioso da deterioração das democracias.

"Essencialmente, os juros muito baixos fizeram com que muitos países que tinham democracias fracas, regimes semiautoritários ou mesmo abertamente autoritários ainda assim fossem atraentes para o capital estrangeiro."

Mas neste ano, quando a economia global começou a se recuperar da pandemia, uma combinação de perturbações na cadeia de fornecimento, impressão de dinheiro por bancos centrais e gastos governamentais visando estimular a recuperação desencadeou uma alta nítida dos preços em todo o mundo.

Isso levou os líderes de países em desenvolvimento a modificar sua política econômica e os investidores a reverem investimentos nesses mercados.

Claudia Calich, diretora de dívida de mercados emergentes na M G Investments, em Londres, investe há anos em títulos de dívida em lira do governo turco. Mas segundo ela, a pressão pública que Erdogan vem fazendo sobre o Banco Central da República da Turquia para que baixe os juros levou seu fundo a

vender todos seus investimentos nesse mercado.

"Em 2021, assim que começamos a ver as mudanças indo na direção errada -ou seja, em reduções adicionais nas taxas de juros-, começamos a ficar preocupados com a lira", afirma Calich. "Estamos muito satisfeitos por termos abandonado esses investimentos."

Por diversas razões, a alta inflacionária constitui um terreno político especialmente complicado para líderes populistas como Orbán, Erdogan e Bolsonaro.

Sua abordagem personalista da política faz com que seja difícil se esquivarem da culpa pela condição da economia. Ao mesmo tempo, seu tipo de populismo, que enfatiza as rivalidades nacionais e que foi eficaz no passado, pode parecer inapropriado para cidadãos cujo padrão de vida vem caindo vertiginosamente.

O remédio tradicional para a **inflação** incluiria alguma combinação de alta nos juros e redução nos gastos do governo. Mas essas duas iniciativas provavelmente prejudicariam o crescimento econômico e o emprego, pelo menos a curto prazo, potencialmente afetando as perspectivas de esses líderes se reelegerem.

Na Turquia, Erdogan excluiu uma resposta convencional desse tipo. O Banco Central turco, essencialmente sob o controle pessoal de Erdogan, baixou as taxas de juros várias vezes nas últimas semanas.

A maioria dos observadores pensa que Erdogan piorou em muito uma situação que já era difícil, com a perspectiva de mais cortes nos juros e desvalorização da lira, levando os investidores estrangeiros a tirar seu dinheiro do país.

A situação econômica deteriorada desencadeou protestos em diferentes pontos do país. Políticos da oposição já estão pedindo eleições antecipadas para lidar com a crise e criticando Erdogan por sua gestão da economia.

Orbán e Bolsonaro, ambos os quais se posicionaram no passado como conservadores orçamentários, abandonaram a posição.

Em direção contrária, estão promovendo um aumento de curto prazo nos gastos públicos para oferecer um fluxo de dinheiro aos eleitores. Mas não está claro se essa abordagem vai ajudá-los, já que é possível que agrave as pressões inflacionárias. Matt Phillips, Carlotta Gall, Flávia Milhorce e Benjamin Novak

Tradução Clara Allain

**Site:**

**[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49761&\\_ga=2.235997443.322327702.1639582184-1946347472.1596450023&anchor=6447256&pd=dc4955323c5b31d8f12fe91df0df25b1](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49761&_ga=2.235997443.322327702.1639582184-1946347472.1596450023&anchor=6447256&pd=dc4955323c5b31d8f12fe91df0df25b1)**

# Como valorizar os professores (Editorial)

É incontroverso entre os especialistas em educação que a valorização dos professores é chave para qualificar a educação no Brasil.

Isso implica oferecer boas condições de trabalho, a começar por melhores salários; capacitação a todos os professores; e prêmios ao desempenho dos melhores. O novo plano de carreira proposto pelo governo do Estado de São Paulo busca enfrentar esses desafios.

Os professores paulistas já tiveram uma das maiores remunerações do País. Com a defasagem da **inflação**, hoje o valor inicial está equiparado ao piso nacional de R\$ 2.886,24. A proposta a ser enviada pelo governador João Doria (PSDB-SP) à Assembleia Legislativa prevê um aumento salarial de até 73%.

A adesão será opcional. O piso será de R\$ 5 mil. O governo estima que, caso escolham aderir à nova carreira, 89% dos docentes terão aumento imediato entre R\$ 500 e R\$ 2 mil. Com as promoções por desempenho, o salário no topo da carreira poderá chegar a R\$ 13 mil.

Atualmente, as progressões são condicionadas a avaliações genéricas que medem as mesmas habilidades. Na prática, as gratificações e bônus são incorporados vegetativamente por tempo de serviço.

O novo modelo substitui esses mecanismos ineficientes por provas de desempenho e desenvolvimentos distintos de acordo com o nível de experiência do professor. Serão 15 níveis de carreira.

As avaliações, já adaptadas à nova Base Curricular Comum, serão realizadas a cada dois anos.

Inicialmente, serão avaliados conhecimentos teóricos e práticos. Outras progressões estarão atreladas ao desempenho em sala de aula ou à participação em cursos de formação. Profissionais com pós-graduação terão acréscimo de 3% a 5%. Também estão previstas recompensas aos profissionais mais experientes engajados em tutoria para os mais novos.

Segundo a diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV, Claudia Costin, o reajuste, se bem aplicado, vai na direção certa: "Temos de atrair e reter talentos nessa profissão tão importante para a educação e para o País".

No cenário nacional, o programa merece destaque por três motivos. Primeiro - em contraste com a perene

negligência de Brasília a propósito da reforma administrativa -, por propor uma progressão de carreira vinculada à participação em programas de capacitação e a metas de desempenho.

Em segundo lugar - em contraste com as ofertas oportunistas de demagogos como o presidente Jair Bolsonaro de benefícios a sua base de apoio em ano eleitoral -, o programa foi fruto de planejamento e é fiscalmente sustentável.

O custo de R\$ 3,7 bilhões será coberto pelo novo Fundo de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). Mesmo antes, em 2019, a reformulação já havia sido ensaiada, à época com recursos provenientes de economias com a extinção de programas e subsídios obsoletos.

A proposta já constava do Plano Estratégico apresentado no início do governo, assim como outras iniciativas implementadas desde então, como o programa de transferência de recursos técnicos, materiais e financeiros aos municípios de maneira mais ágil e desburocratizada, ou a ampliação das ofertas de ensino integral e disciplinas eletivas.

Na pandemia, ante o risco da evasão escolar, o governo criou 300 mil bolsas de estudo, também vinculadas a contrapartidas, ofereceu remuneração a 20 mil pais e mães para auxiliar na adaptação das escolas e contratou milhares de professores para garantir um retorno seguro e aulas de reforço.

Por fim, o programa se volta ao segmento mais precário da educação brasileira.

O País, especialmente São Paulo, tem excelentes ofertas de ensino superior público. Nas últimas décadas, a democratização do ensino fundamental progrediu expressivamente e hoje ele está quase universalizado. Mas no ensino médio, de competência dos Estados, as taxas de conclusão e desempenho ainda estão abaixo do medíocre.

Além de ferir um direito fundamental das crianças brasileiras, isso acarreta prejuízos incalculáveis à cidadania e à economia do País.

Professores mais bem pagos, bem treinados e motivados são peças-chave para mudar este quadro.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A sofrência do PIB, que é mais forte no "per capita" (Artigo)

**Roberto Macedo**

O termo sofrência ganhou projeção como modalidade de música sertaneja, fama esta que cresceu muito com o recente falecimento da famosa cantora Marília Mendonça, líder dessa modalidade.

Meu dicionário (Houaiss) não contém esse termo, mas Roberto Teixeira da Costa, economista voltado para o mercado de capitais e relações internacionais, escreveu neste espaço, em 25 de novembro passado, o artigo Saindo da sofrência em busca da crescência, e esclareceu que no dicionário que consultou "a palavra é definida como substantivo feminino, condição de pessoa que sofre, que não consegue se livrar de uma situação de tristeza e de sofrimento".

Usou o termo para se referir à situação atual do Brasil, afirmando que em "(...) mais de 60 anos de vida profissional (...)" não se recordava de ter "vivido um período de tamanha descrença no País e no seu futuro". Também tenho o mesmo período de vida profissional e o mesmo sentimento.

Teixeira da Costa aplicou o termo ao Brasil, e seu texto inspirou-me a usar sofrência para a situação que há muito tempo, desde os anos 1980, marca o Produto Interno Produto (**PIB**), indicador econômico das agruras por que passa o País.

Começando pelos dados mais recentes, no dia 2 deste mês o IBGE publicou o resultado do **PIB** no terceiro trimestre deste ano, mostrando queda de 0,1% relativamente ao trimestre anterior. A imprensa destacou esse resultado, mas a notícia mais importante do relatório do IBGE sobre o assunto foi que a taxa do segundo trimestre foi revisada de -0,1% para -0,4%, uma queda bem maior. A taxa do primeiro trimestre também foi revisada, e para cima, de 1,2% para 1,3%, mas essa alteração ficou longe de compensar essas duas quedas nos trimestres seguintes.

Com esses números, dentro de 2021 o **PIB** cresceu apenas 0,8%, relativamente ao quarto trimestre de 2020, uma taxa muito ruim. E o quarto trimestre de 2021 já começou mal, com o mês de outubro indicando quedas setoriais na indústria, no comércio e nos serviços. E o índice do Banco Central que prevê o crescimento do **PIB** mostrou queda de 0,4% no

mesmo mês.

Mas a sofrência não fica por aí, pois, como venho apontando em vários artigos neste espaço, desde 2015 a economia se encontra numa depressão, e ainda não retomou o **PIB** que tinha em 2014! Supondo que o **PIB** não cresça nada no último trimestre deste ano, ele precisaria subir 2,3% em 2022 para voltar ao **PIB** de 2014. As previsões para 2022 estão longe dessa taxa, e, assim, isso não deve acontecer.

Passando ao **PIB** per capita, ele leva em conta o crescimento da população, atualmente perto de 0,7% ao ano. Quanto maior for essa taxa, menor o crescimento do **PIB** per capita.

Estudo recente do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, citado por este jornal no dia 13 deste mês, estimou que o **PIB** precisaria crescer 2,1% ao ano para retomar, só em 2028 (!), o valor que apresentava em 2013(!).

E há a sofrência ainda mais antiga. O **PIB** brasileiro mostrou tendência persistente de crescimento a partir de 1900 até a década de 1970, quando alcançou a taxa média anual de 8,8% (!), trazendo o País para o grupo de países de renda média. A partir daí, e até a década de 2010, esse crescimento caiu para taxa média anual próxima de apenas 2,5%, levando o Brasil à chamada armadilha da renda média.

E permanecemos dentro dela. A sofrência vem provocando um aumento recorde do número de brasileiros que vivem no exterior em busca de melhores oportunidades profissionais e condições de vida que as disponíveis no Brasil.

O site do Deutsche Welle (DW), uma grande empresa alemã de comunicações que publica matérias em português, noticiou recentemente que dados do nosso Ministério das Relações Exteriores mostram que o número de brasileiros fora do País passou de 1,9 milhão, em 2012, para 4,2 milhões (!), em 2020. Ou seja, mais que dobrou. E esta semana veio a notícia de que o El País, prestigioso jornal espanhol, encerrou a edição brasileira, que contava com o apoio local de 17 jornalistas, após oito anos no País sem resultados que assegurassem a sustentabilidade econômica dessa edição.

E quem é responsável por toda esta sofrência? A resposta daria uma grande história, pois estamos falando de quatro décadas. Olhando mais o momento recente, a classe política brasileira, salvo raríssimas exceções, não demonstra o menor interesse pela economia que tão mal conduz. Não vejo nem o presidente nem o Congresso atuando como socorristas da sofrência. Seu interesse dominante é o de renovar mandatos nas eleições de 2022, custe isso o que custar, inclusive com ações fiscais que também contribuem para prejudicar a economia.

Como não se pode perder a esperança, ela seria estimulada se os candidatos à Presidência apresentassem suas propostas sobre o que fazer na economia. O eleito irá herdá-la nesta péssima situação, e é preciso aprender e indicar como enfrentá-la, pois não haverá saída se ele não tiver essa disposição.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# 'Prévia' do PIB do Banco Central aponta queda em outubro

**THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA**

A atividade econômica brasileira apresentou queda pelo quarto mês consecutivo em outubro. O Banco Central (BC) informou ontem que o Índice de Atividade (IBC-Br) caiu 0,40% em outubro ante setembro, na série já livre de influências sazonais - uma espécie de compensação para comparar meses diferentes.

Em outubro, os dados setoriais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiveram nova rodada de deterioração.

O desempenho da indústria (-0,60%), do varejo ampliado (-0,90%) e dos serviços prestados (-1,20%) ficou, mais uma vez, aquém das expectativas do mercado financeiro.

De setembro para outubro, o índice de atividade calculado pelo BC passou de 137,42 pontos para 136,87 pontos na série dessazonalizada.

Esse é o menor patamar desde setembro do ano passado, quando estava em 135,95 pontos. Naquele momento, a economia brasileira ensaiava uma aceleração com a reabertura de negócios após meses de restrições de mobilidade.

A queda de 0,40% do IBC-Br coincidiu com a maioria das expectativas dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast - o intervalo das estimativas ia de recuo de 0,80% à estabilidade.

Na comparação entre os meses de outubro de 2021 e de 2020, houve retração de 1,48% na série sem ajustes sazonais, que registrou 137,78 pontos no décimo mês deste ano.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Economia agrava piora do governo - MÍRIAM LEITÃO

**MÍRIAM LEITÃO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# IR: Senador propõe correção da tabela, que isentaria 19 milhões

**FERNANDA TRISOTTO**  
*fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com* BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# BC americano vai acelerar ritmo de alta dos juros

**STEPHANIE TONDO E VITOR DA COSTA - RIO E  
WASHINGTON**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Os custos fiscais da política monetária (Artigo)

***Benito Salomão é economista.***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093)

# Fed sinaliza três altas de juros em 2022

**Victor Rezende, André Mizutani, Sérgio Tauhata e  
Gabriel Roca De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187093?page=1&section=1)